

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.229 - RJ (2019/0126371-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **RENATO TRISTÃO MACHADO**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ CARLOS MAGALHÃES BARCELLOS - RJ068390**  
: **RENATO TRISTÃO MACHADO JUNIOR - RJ185108**  
**AGRAVADO** : **MUNICÍPIO DE MARICÁ**  
**PROCURADOR** : **FABRÍCIO MONTEIRO PORTO - RJ100758**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por RENATO TRISTÃO MACHADO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO PODER PÚBLICO NA FISCALIZAÇÃO DE OBRA RESIDENCIAL ERGUIDA SEM A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE POSTURA MUNICIPAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO INDENIZATÓRIO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS QUE FOI JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

- Recurso do autor pretendendo a condenação do município ao pagamento de indenização por danos materiais não reconhecidos na sentença, dentre eles os decorrentes dos valores pagos a título de taxas, tanto para emitir certidão, como para dar entrada em requerimentos administrativos.

- Recurso do Município alegando a ocorrência de conexão com uma demanda ajuizada pelo autor em face de vizinha; não ocorrência de danos morais e materiais, ou, alternativamente, sua redução, e requerendo, por fim, a exclusão da determinação de demolição do imóvel e da multa prevista na sentença.

- Conexão não caracterizada. Não há identidade de objeto ou causa de pedir entre esta demanda e a ação de nunciação de obra nova ajuizada em face da vizinha do autor.

- A prova pericial é contundente em apontar as omissões do poder público municipal, que permitiu a realização de construção irregular, mesmo após inúmeras provocações administrativas promovidas pelo demandante.

- Dano material. Ressarcimento de honorários contratuais.

Pretensão que não merece ser acolhida. É predominante o entendimento

jurisprudencial no sentido de que os gastos inerentes à contratação de advogado particular, por si só, não ensejam danos materiais, 'sob pena de atribuir ilicitude a qualquer pretensão questionada judicialmente. '

- Dano moral caracterizado, mas cujo valor arbitrado se mostra excessivo.

- Custas processuais que, nesta demanda, devem ser reembolsadas ao autor, que ajuizou a ação sem o benefício da justiça gratuita.

RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS"  
(fls. 2.833/2.834e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 2.845/2.848e), os quais restaram parcialmente acolhidos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO  
CARACTERIZADA. RECURSO CONHECIDO E  
PARCIALMENTE PROVIDO.

I - Havendo omissão no julgado quanto ao pedido de majoração dos honorários advocatícios, cumpre integrá-lo, rejeitando-se, contudo, a pretensão recursal, uma vez que a referida verba foi arbitrada observando, adequadamente, a complexidade da causa e os demais requisitos previstos na lei adjetiva.

II - No mais, não verifico qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

III - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO"  
(fl. 2.861e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos artigos: a) 186, 927 e 944 do Código Civil, sob a tese da necessidade de majoração da indenização por dano moral, "observando-se o limite máximo fixado na petição inicial, por se tratar de valor justo e atento a realidade consignada na sentença" (fl. 2.879e), e da condenação do réu ao pagamento de todos os danos materiais, especialmente àqueles relativos à contratação de assessoria jurídica; b) 1.299 e 1.312 do Código Civil, diante da necessidade de se determinar o desfazimento de todas as construções erguidas aquém da legalidade; c) 85, 1.046 do CPC/2015 e 20 do CPC/73, tendo em vista a necessidade de majoração dos honorários advocatícios, os quais foram arbitrados em 5% do valor da condenação e, portanto, abaixo do mínimo legal.

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 2.944/2.951e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 2.969/2.973e), foi interposto o

presente Agravo (fls. e).

Contraminuta a fls. 3.226.3.246e.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos artigos 85, 1.046 do CPC/2015, 1.299 e 1.312 do Código Civil. Ressalte-se que a parte recorrente sequer opôs os Embargos Declaratórios cabíveis, para que o Tribunal de origem se pronunciasse sobre o teor das respectivas teses. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

No que diz respeito à irresignação relativa ao ressarcimento dos valores gastos a título de honorários contratuais, constou do acórdão recorrido que "é predominante o entendimento jurisprudencial no sentido de que os gastos inerentes a contratação de advogado particular, por si só, não ensejam danos materiais, 'sob pena de atribuir ilicitude a qualquer pretensão questionada judicialmente'" (fl. 2.837e).

Tal entendimento encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual "a contratação de advogados para defesa judicial de interesses da parte não enseja, por si só, dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais de contraditório, ampla defesa e acesso à Justiça" (STJ, AgRg no AREsp 516.277/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, DJe de 04/09/2014).

Nesse sentido:

**"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL.  
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS.  
INCLUSÃO NO VALOR DA INDENIZAÇÃO.  
IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DANO  
INDENIZÁVEL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA  
REJEITADOS.**

**1. "A contratação de advogados para defesa judicial de interesses da parte não enseja, por si só, dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais de contraditório, ampla defesa e acesso à Justiça" (AgRg no AREsp 516277/SP, QUARTA TURMA, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 04/09/2014).**

**2. No mesmo sentido: EREsp 1155527/MS, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 28/06/2012; AgRg no REsp 1.229.482/RJ, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe de 23/11/2012; AgRg no AREsp 430399/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO,**

DJe de 19/12/2014; AgRg no AREsp 477296/RS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 02/02/2015; e AgRg no REsp 1481534/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe de 26/08/2015.

3. A Lei n.º 8.906/94 e o Código de Ética e Disciplina da OAB, respectivamente, nos arts. 22 e 35, § 1.º, prevêm as espécies de honorários de advogado: os honorários contratuais/convencionais e os sucumbenciais.

4. Cabe ao perdedor da ação arcar com os honorários de advogado fixados pelo Juízo em decorrência da sucumbência (Código de Processo Civil de 1973, art. 20, e Novo Código de Processo Civil, art. 85), e não os honorários decorrentes de contratos firmados pela parte contrária e seu procurador, em circunstâncias particulares totalmente alheias à vontade do condenado.

5. Embargos de divergência rejeitados.

(EREsp 1507864/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/04/2016, DJe 11/05/2016)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. PERÍODO EXÍGUO. VALOR FIXADO. RAZOABILIDADE. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. RESTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.** SUSPENSÃO EM RAZÃO DE PROCESSO REPETITIVO EM TRÂMITE NO STJ. DESNECESSIDADE.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

**2. A Segunda Seção do STJ já se pronunciou no sentido de ser incabível a condenação da parte sucumbente aos honorários contratuais despendidos pela vencedora.**

3. A suspensão determinada pelo art. 543-C do CPC aos processos que cuidam de matéria repetitiva orienta-se às causas que ainda não ascenderam aos tribunais superiores.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 810.591/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 15/02/2016).

**"PROCESSUAL CIVIL. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. INCLUSÃO NA INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. IMPOSSIBILIDADE.**

**1. Os honorários advocatícios contratuais não integram os valores devidos a título de reparação por perdas e danos, conforme o disposto nos arts. 389, 395 e 404 do Código Civil de 2002.**

Precedentes: REsp 1.480.225/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 11/9/2015; AgRg no REsp 1.507.864/RS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 25/9/2015; AgRg no REsp 1.481.534/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 26/8/2015).

**2. Agravo Regimental não provido"** (STJ, AgRg no AREsp 746.234/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/11/2015).

Por outro lado, no que diz respeito ao **quantum** indenizatório, o Tribunal **a quo** reformou a sentença, reduzindo o valor anteriormente fixado, de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para R\$15.000,00 (quinze mil reais), nos seguintes termos:

"Prosseguindo, passo a análise do dano moral (item 3), questão que é objeto de impugnação por ambas as partes.

Pela análise dos fatos, tenho que o juízo tem razão ao afirmar que está caracterizado o dano moral. Não fosse a inércia do poder público municipal, o autor não estaria desde 2007 promovendo inúmeros processos administrativos e judiciais com o objetivo, final, de que fossem observadas as regras de postura criadas pelo próprio ente federativo.

Registre-se, no mérito, que a perícia foi contundente ao afirmar que:

' - A construção foi erguida, sem projeto executivo aprovado, sem responsável técnico e sem licença de construção, infringindo a legislação existente.

- A Prefeitura Municipal de Maricá, efetuou o embargo da obra, em 18/12/2007, há mais de quatro anos, e apesar da insistência do autor, em solucionar o problema, nada mais foi feito pela Municipalidade.

- O projeto apresentado pela Sra Rocilda da Silva (proprietária do imóvel em litígio) em 15/04/2008 à Municipalidade, apesar de não se encontrar aprovado, apresenta uma infinidade de

correções com o que está construído, conforme explicitamos em nosso laudo.

- A construção existente (acréscimo nos fundos do terreno) fere a legislação existente em diversos itens, tais como, altura da construção, afastamento das divisas, números de pavimentos, etc.

- Pela legislação vigente na Municipalidade, a construção nos fundos do imóvel da Sra Rocilda da Silva, está sujeito à demolição, conforme demonstrado em nosso laudo.'

No entanto, considero o valor arbitrado (R\$50.000,00) excessivo, pelo que entendo que deva ser ele reduzido para R\$ 15.000,00 que se apresenta mais razoável e proporcional para o presente caso" (fls. 2.840/2.841e).

Neste contexto, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Ademais, ressalte-se que a jurisprudência deste Tribunal permite o afastamento do óbice previsto na Súmula 7/STJ, apenas na hipótese de fixação em valor irrisório ou abusivo, inocorrentes no presente caso.

Por fim, no que diz respeito à pretendida majoração dos honorários, constou do acórdão que julgou os Embargos Declaratórios:

"De fato, o acórdão foi omissivo quanto ao pedido de majoração dos honorários advocatícios.

Contudo, tenho que a pretensão do recorrente deve ser rejeitada, uma vez que a referida verba foi arbitrada observando, adequadamente, a complexidade da causa e os demais requisitos previstos no art.20, §4º, do CPC/73" (fl. 2.862e).

No presente Recurso Especial, o recorrente, com base em alegada contrariedade ao art. 20 do CPC/73, busca a majoração dos honorários advocatícios, ao argumento de que teriam sido fixados em valor irrisório.

Ocorre que, para a análise do valor de honorários de advogado por esta Corte, é necessário que o Tribunal **a quo** tenha examinado, de forma efetiva, os critérios inscritos nas alíneas do art. 20, § 3º, do CPC/73, sob pena de incidência da Súmula 7/STJ, porquanto vedado ao Superior Tribunal de Justiça a análise de provas, a fim de aferir a forma, as circunstâncias e a qualidade do serviço prestado pelo causídico.

Não há, nos autos, efetivo juízo do Tribunal de origem sobre os critérios

do art. 20, § 3º, alíneas **a**, **b** e **c**, do CPC/73, utilizados para a fixação dos honorários advocatícios, tampouco há, no Recurso Especial, alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Tal contexto não autoriza a majoração de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão do recorrente, incidindo, efetivamente, na espécie, a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA ÉGIDE DO CPC/1973. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO QUE NÃO FIXOU EXPRESSAMENTE OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS EXIGIDOS PELO ART. 20, § 3º, "A", "B" E "C", DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO INVOCA A VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC, FUNDAMENTANDO-SE APENAS NA IRRISORIEDADE DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DIANTE DA FALTA DE PARÂMETROS FÁTICOS A SEREM REVALORADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

1. Não obstante ser possível a incidência da novel figura dos honorários recursais (previstos no § 11 do art. 85) aos feitos em andamento (Enunciado Administrativo n. 7/STJ), os honorários sucumbenciais fixados sob a égide do CPC/1973 e submetidos ao exame desta Corte deverão ater-se aos parâmetros estabelecidos no Codex de 1973, já que, certamente, o dispositivo apontado como violado é o art. 20, § 4º, do CPC. Dessa forma, não há que se falar na aplicabilidade das novas regras previstas no art. 85 do CPC/2015 ao recurso em comento.

2. **Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas "a", "b" e "c" do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos quesitos zelo, lugar, importância, trabalho e tempo, para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios, o que impossibilita o conhecimento do recurso especial em razão do óbice da Súmula nº 7 desta Corte.**

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.628.972/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/03/2017).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **negar provimento** ao Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

